



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023
(Do Sr. AMOM MANDEL)

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública acerca das medidas adotadas pela pasta para o combate ao tráfico internacional e nacional de pessoas nas comunidades tradicionais, indígenas e 'ribeirinhas' do Amazonas.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 115, inciso I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Ministro da Justiça e Segurança Pública, Senhor Flávio Dino, acerca das medidas adotadas pelo Governo Federal para o combate ao tráfico internacional e nacional de pessoas nas comunidades tradicionais, indígenas e 'ribeirinhas' do Amazonas. No sentido de esclarecer a esta Casa, encaminhamos as seguintes questões:

- a) Quais são as principais estratégias e políticas adotadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública para combater o tráfico de pessoas no estado do Amazonas?
- b) Quais são as principais estratégias e políticas adotadas pela pasta para combater o tráfico de pessoas, especificamente, no interior do Amazonas?
- c) Quais são as principais estratégias e políticas adotadas pela pasta para combater o tráfico de pessoas, especificamente, provenientes de comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas do Amazonas?
- d) Quais são as principais estratégias e políticas adotadas





atualmente pelo governo federal em conjunto com o estado do Amazonas e os municípios que o compõe para o combate ao tráfico de crianças e adolescentes? Quais são as principais estratégias e políticas adotadas especificamente com os municípios de Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Tabatinga, Barcelos, Autazes, Iranduba, Coari, Parintins e Benjamin Constant?

- e) Quais são os recursos disponíveis pela presente pasta para fornecer apoio e proteção às vítimas de tráfico de pessoas provenientes do estado do Amazonas?
- f) Quais são os esforços do governo federal para promover a conscientização sobre tráfico de pessoas, em especial de mulheres, crianças e adolescentes, provenientes de comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas do Estado do Amazonas?
- g) Quais são as medidas adotadas pela pasta para identificar e investigar redes de tráfico humano que atuam no interior do estado do Amazonas, bem como para responsabilizar os envolvidos?
- h) Quais são as iniciativas em andamento para fornecer treinamento adequado aos profissionais que lidam com casos de tráfico humano nas comunidades tradicionais e ribeirinhas do Amazonas, como agentes de segurança, assistentes sociais e profissionais de saúde?
- i) Quais são as parcerias estabelecidas pelo governo federal com organizações não governamentais e setor privado para combater o tráfico humano nas comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas do Amazonas?
- j) Quais os principais desafios enfrentados atualmente pela pasta na execução de políticas públicas voltadas ao combate do tráfico humano em comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas do Amazonas?





- k) Existe, atualmente, a execução de algum orçamento financeiro destinado ao combate do tráfico humano no interior do Amazonas?
- l) Qual o órgão ou secretaria deste Ministério destinado à fiscalização e promoção de políticas públicas de combate ao tráfico humano no interior do Amazonas?
- m) Há algum órgão ou secretaria deste Ministério destinado à proteção de comunidades tradicionais, indígenas e ribeirinhas?
- n) Há previsão de novas instalações policiais ou destinação de maior quantitativo de agentes policiais para o interior do Amazonas?
- o) Há previsão de execução de política pública nacional para fortalecimento do combate ao crime organizado no interior do Amazonas?

Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário.

JUSTIFICAÇÃO

A região amazônica é um local de grande importância tanto para o Brasil quanto para o mundo, mas infelizmente essa área tem sido palco ao longo dos anos de grupos que aproveitam-se de sua posição geográfica e precária infraestrutura policial.

A exploração do tráfico organizado de pessoas, visando maiores ganhos econômicos e buscando atender a demanda do tráfico de pessoas, passou a investir de forma sutil em áreas urbanas e suburbanas, hotéis, restaurantes, fábricas, esquinas das ruas, onde cerca de 2,5 milhões de homens, mulheres e crianças são vendidos para a exploração sexual e laboral, movimentando, anualmente, cerca de 32 bilhões de dólares.

As redes de tráfico humano que atuam no Brasil são cautelosas e se atentam para um dos pontos mais críticos da empreitada criminosa: o transporte. Garantir





a ida e o acesso das vítimas aos municípios ou países de destino sem chamar a atenção das autoridades é crucial.

Nesse contexto, a região amazônica brasileira se destaca, amplamente conhecida por sua vasta biodiversidade e importância na regulação do clima global, com suas extensas e porosas fronteiras, rios caudalosos e florestas densas, acaba por oferecer grande facilidade para o tráfico de drogas, tráfico de pessoas e exploração sexual de mulheres e menores, que muitas vezes acontecem de forma clandestina e difícil de serem detectados, apresentando ameaça para a população que ali reside, principalmente os ribeirinhos e os indígenas.

A inacessibilidade por parte dos órgãos a muitas das rotas acaba enfraquecendo a fiscalização destes trechos, o que possibilita que as vítimas sejam facilmente alcançadas e levadas. Com origens diversas, as rotas fluviais têm facilitado o acesso a outras regiões.

A compra de passagens nas embarcações não são fiscalizadas. Ao se dirigir ao porto de Manaus, é possível adquiri-las nas inúmeras barraquinhas localizadas por toda extensão das balsas, sem a necessidade de apresentar documentação de identificação na aquisição e comprovar parentesco dos acompanhantes. Logo, a irregularidade favorece a atuação dos aliciadores - a exemplo do caso apresentado, uma vez que há o deslocamento de inúmeras crianças até a capital, mesmo sem nenhuma autorização legal de guarda.

O Norte é a quarta região do País com maior número de denúncias de exploração sexual de crianças e adolescentes registrados pelo Disque 100 e quarta com maior quantidade de pontos críticos desse crime mapeados pela PRF¹. De acordo com as denúncias do Disque 100, 39,7% das denúncias foram registradas no Amazonas e 37,7%

¹ ASBRAD. Características da exploração sexual de crianças, adolescentes e pessoas adultas e suas relações com as rodovias federais: mapeamento do tráfico de pessoas no Brasil (2016-2019): volume 3/ coordenação Graziella do Ó Rocha. Livro Eletrônico. 1ª ed. Guarulhos, SP. 2021.





no Pará. Inclusive, considerando as denúncias de todo o país e do período completo de 2016 a abril/2019, o Amazonas é o oitavo e o Pará é o décimo com o maior número de denúncias em todo o país.

Para especialistas, a impunidade, a migração e a falta de políticas públicas são algumas das causas do problema. A exploração e o abuso sexual de mulheres é um problema recorrente nos Estados da Amazônia. Bispos que integram a prelazia do Xingu são perseguidos por denunciar a ocorrência de casos no Pará, políticos estão sendo investigados por abusar de meninas menores no Amazonas e, no Amapá, é a mineração que leva ao aliciamento de jovens mulheres como produto sexual para os trabalhadores das mineradoras. Em todo o país, os Estados campeões em exploração sexual se encontram na Amazônia Legal. São eles: Maranhão, Pará e Amazonas².

A região Norte do país também é tida como principal rota do tráfico de mulheres e adolescentes no âmbito nacional. O problema está relacionado à existência de garimpos, prostíbulos, área portuária, cárcere privado e fazendas. O Cecria aponta que o tráfico de mulheres da Amazônia dentro do Brasil é feito, principalmente, a partir de Acre, Amapá, Amazonas, Tocantins, Rondônia e Roraima com destino a diversas regiões do país. Só no Amazonas, estão 76 rotas do tráfico sexual, tanto internacional, quanto interno.

Hazeu, pesquisador da ONG Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais da Amazônia (Só Direitos), explica também que, pela lógica da ocupação da Amazônia, sempre houve a migração de pessoas na região, em busca de melhorias de vida, e esse processo traz resquícios de violência, como trabalho escravo e outros tipos de violação dos direitos dos migrantes. "Garimpos e outros grandes projetos sempre têm o estímulo direto ou indireto à migração e, ao mesmo tempo, a ocupação do crime organizado para se aproveitar dos migrantes que chegam e saem sem proteção", explica³.

² MUNHOZ, Fabíola. Rotas da exploração sexual: Por que muitas mulheres da Amazônia seguem esse caminho? 06 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2009/08/rotas-da-exploracao-sexual-por-que-muitas-mulheres-da-amazonia-seguem-esse-caminho/#:~:text=Em%20pouco%20mais%20de%20cinco,algumas%20das%20causas%20do%20problema>> Acesso em: 11 de maio de 2023.

³ MUNHOZ, Fabíola. Rotas da exploração sexual: Por que muitas mulheres da Amazônia seguem





Nesse contexto, ele também diz que as mulheres da Amazônia, muitas vezes vítimas de abuso sexual desde a infância, por não terem autoestima ou confiança nos seus familiares, aceitam facilmente as propostas para abandonar seu local de origem atrás de oportunidades.

São situações cada vez mais graves que mostram a realidade em que esses povos estão vivendo, assim como a violência e vulnerabilidade que mulheres e crianças estão expostas, sendo situações conhecidas pelo governo, mas que se tornam omissas aos olhos das autoridades federais..

Não obstante os problemas já conhecidamente institucionalizados na região, recente operação da Polícia Federal deflagrou a islamização de indígenas para cooptação de jovens à Turquia. Segundo os dados divulgados pela imprensa nacional, a doutrinação islâmica ocorre em São Gabriel da Cachoeira (AM), os adolescentes são dirigidos para Manaus e, quando completam a maioridade, são enviados para a Turquia.⁴ No entanto, a Polícia Federal interrompeu esses planos durante uma operação recente.

Segundo matéria divulgada pelo portal Metrôpoles, em 24/04/2023, pelo menos cinco indígenas já foram retirados do Brasil e levados para território turco de 2019 para cá. O grupo islâmico que comanda a doutrinação se autointitula Associação Solidária Humanitária do Amazonas (Asham), e só se interessa por garotos indígenas.

Os pais de alunos em São Gabriel da Cachoeira/AM são aliciados e assinam uma autorização informal para a entrada dos filhos nesse grupo islâmico, com a

esse caminho? 06 de agosto de 2009. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2009/08/rotas-da-exploracao-sexual-por-que-muitas-mulheres-da-amazonia-seguem-esse-caminho/#:~:text=Em%20pouco%20mais%20de%20cinco,algumas%20das%20causas%20do%20problema>> Acesso em: 11 de maio de 2023.

⁴ ALCÂNTARA, THALYS. Em nome de Alá: grupo islâmico doutrina e leva indígenas do Amazonas para a Turquia. 23 de abril de 2023. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/em-nome-de-ala-grupo-islamico-doutrina-e-leva-indigenas-do-amazonas-para-a-turquia>> Acesso em: 11 de maio de 2023.





promessa de fazer faculdade. Para famílias em situação de vulnerabilidade, em uma das cidades mais remotas do Brasil, a possibilidade de uma vida com mais oportunidades é um grande atrativo.

Em 28 de fevereiro de 2023, 14 adolescentes e uma criança foram resgatados no sobrado da Instituição Muçulmana na cidade de Manaus, em uma operação com apoio da Polícia Federal, do Conselho Tutelar e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) por causa de irregularidades na documentação e nas condições do imóvel. Lá constataram três freezers cheios de carnes vencidas desde 2021 – o alimento era consumido pelos adolescentes. Os agentes também identificaram que a instituição muçulmana não tinha a guarda das crianças e dos adolescentes, o que seria necessário para mantê-los longe das famílias. Além disso, o registro do CNPJ da Asham não era para abrigo e não havia cadastro na prefeitura. Em outubro, eram oito abrigados com idades entre 9 e 15 anos. No começo de fevereiro, já havia 18 adolescentes e crianças.

A região amazônica é um local de grande importância tanto para o Brasil quanto para o mundo, mas infelizmente essa área tem sido palco ao longo dos anos de grupos criminosos que aproveitam-se de sua posição geográfica.

Os órgãos governamentais, em todas as esferas, entre eles o Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, têm a responsabilidade de atuar no combate a esses crimes, adotando medidas preventivas e repressivas que visam proteger a população e coibir as atividades criminosas. Essas medidas devem incluir investimentos em segurança pública, ações para fortalecimento das instituições responsáveis pela aplicação da lei, educação e conscientização da população, além da cooperação internacional.

A falta de atuação governamental nessas questões têm contribuído para a continuidade desses crimes na região - a ausência de atuação governamental coloca o Brasil em uma posição desfavorável no cenário internacional, gerando críticas e sanções por parte de outros países e organizações internacionais, gerando também consequências locais como aumento da violência, o enfraquecimento das instituições de justiça, a





deterioração da imagem do país no cenário internacional e a violação de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Essa situação também tem graves consequências para a população local, especialmente para os povos indígenas e tradicionais, que sofrem com a violência e a ameaça constante dessas atividades criminosas.

A redução da fiscalização ambiental em terras indígenas por órgãos federais na Amazônia está tendo um impacto negativo significativo na região. Isso tem impulsionado facções criminosas a ampliar suas atividades, aliando-se a outras modalidades de crime e expandindo seus lucros.

Segundo entidades e pesquisadores, o crime organizado está cada vez mais utilizando os rios que cortam terras indígenas para circular sem ser incomodado. Essa estratégia permite que as facções evitem a fiscalização e aumentem sua atuação na região.

A Tríplice Fronteira apresenta um nível estrondoso de subdesenvolvimento social e econômico, facilitando a atuação do narcotráfico. Sem a presença de autoridades brasileiras na fronteira, carros e pessoas transitam entre os países sem fiscalização.

Hoje em dia, nenhum órgão está à altura dos desafios que a região apresenta. Apesar da presença de diversos órgãos, a realidade é que muitos deles estão com seus recursos materiais, humanos e insumos em uma quantidade menor do que aquela que seria necessária para enfrentar com maior efetividade o problema do tráfico de drogas, as questões indígenas e os problemas relacionados ao comércio transfronteiriço.

As autoridades ouvidas, desde Manaus até a Tríplice Fronteira, foram unânimes em criticar a ausência de coordenação entre as polícias – Federal, Militar e





Civil – e as Forças Armadas para o combate ao tráfico de drogas e outros crimes comuns na região, como o contrabando de combustíveis⁵.

Para o sociólogo Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a percepção da maioria, especialmente dos moradores da Amazônia, é de que o Estado brasileiro está sem o controle da região, sem conseguir controlar a criminalidade e a população sente na pele⁶.

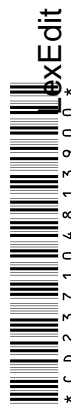
Segundo a edição de 2022 do Anuário do Fórum, a violência letal é maior na Amazônia, sendo 38% superior à das demais regiões do Brasil. Renato Lima destaca que mais de 20 organizações criminosas regionais e duas nacionais estão disputando as rotas de armas e drogas na região. Ele ressalta que qualquer projeto de desenvolvimento para a Amazônia deve considerar a necessidade de recuperar os territórios das mãos das facções e milícias, prevenir a violência e enfrentar o crime. Para a população, o governo não está fazendo o suficiente para atender essas necessidades e, por isso, não há investimento socioambiental que dê conta.

Apesar dos esforços do governo brasileiro em combater o tráfico de pessoas, por exemplo, ainda há uma ausência significativa de atuação nesse tipo de crime na região. De acordo com o Plano de Ação emitido pela Embaixada e Consulado dos EUA no Brasil em 2022-2023, o país não cumpriu critérios mínimos em diversas áreas, como a coordenação entre agências e a coleta de dados, que ainda permanecem espalhados por várias bases de dados federal e estadual.

Nítida, portanto, a pretensão de cunho de interesse público, sob a égide do princípio do bem comum e da coletividade, bem como, aliado ao fato de que a essência

⁵ Agência CNM de Notícias. Descaso com a Tríplice Fronteira amazônica traz prejuízos à região. 05 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/descaso-com-a-triplice-fronteira-amazonica-traz-prejuizos-a-regiao>> Acesso em: 16 de maio de 2023.

⁶ 'CRIME DISPARA NA AMAZÔNIA, E MAIORIA DIZ QUE GOVERNO NÃO AGE', (Fonte Segura, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 17/08/2022), <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/crime-dispara-na-amazonia-e-maioria-diz-que-governo-nao-age/>, acesso em: 11 de maio de 2023.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **Amom Mandel** - Cidadania/AM

norteadora de todos os órgãos públicos do Estado se filiam na própria razão de existir da Administração, ou seja, no fato de que a Administração Pública atua voltada aos interesses da coletividade, solicito esclarecimentos e transparência nas questões apresentadas neste.

Dessa forma, sabendo da extrema importância dessa matéria e entendendo a necessidade que o cidadão possui em ter acesso a informações relacionadas ao tema, para poderem avaliar se as políticas estão sendo efetivadas e se as prioridades do governo estão alinhadas com as necessidades ambientais do país e do mundo, solicito as informações aqui requeridas e apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala de sessões, 30 de outubro de 2023.

Deputado **AMOM MANDEL**
Cidadania/AM

Apresentação: 31/10/2023 09:43:45.623 - MESA

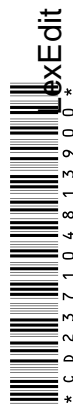
RIC n.2641/2023



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 760 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF

Contato: (61) 3215-5760 / e-mail: dep.amommandel@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD237104813900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Amom Mandel



CD237104813900
eXEdit